

A RECONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS EM HERÓDOTO

Paulo Ângelo de Meneses Sousa
Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo
Professor Associado do Departamento de História
Universidade Federal do Piauí
E-mail: angeloufpi@ig.com.br

Texto recebido em/Text submitted on: 10/01/2016
Texto aprovado em/Text Approved on: 05/07/2016

Resumo: O artigo coloca em discussão além dos princípios metodológicos que Heródoto adota na reconstituição desses discursos, ou seja, se são apenas de ordem historiográfica ou implicam uma construção literária, também o sentido da reconstituição desses discursos, se representa um texto circular no qual os argumentos se repetem numa eterna circularidade ou se admite uma conclusão.

Palavras-chave: Heródoto; debate persa; metodologia histórica.

Abstract: The article calls into question beyond the methodological principles that Herodotus adopts in the reconstitution of these discourses, that is, if they are only of historiographical order or if they imply a literary construction, also in the sense of reconstitution of these speeches, if it represents a circular text in which the arguments repeat themselves in an eternal circularity or if it admits a conclusion.

Keywords: Herodotus; Debate of the Persian Grandees; Historical Methodology.

Assim que acalmou o tumulto e decorreram cinco dias, os que se haviam sublevado contra os Magos deliberaram sobre aquele estado de coisas, e proferiram palavras que alguns Gregos acham inacreditáveis, e que, no entanto, foram proferidas.

(Heródoto.Histórias III.80.1)

A afirmação de Heródoto que os discursos da narrativa do “debate persa” ou “debate constitucional” (3. 80 – 82) foram realmente pronunciados (III.80.1, *elechthêsan d’ôn*), leva-nos a considerar a própria metodologia histórica utilizada na reconstituição desses discursos.

Para não adotarmos uma atitude anacrônica ao falarmos em “metodologia histórica” na reconstituição de discursos nos primórdios da historiografia grega, devemos considerar que nessa época os princípios do método histórico ainda não haviam sido definidos, principalmente a crítica e o controle das informações, e a investigação histórica se caracterizava por uma mistura de metodologias na tentativa de classificar o acúmulo de informações a fim de reconstituir o passado (LASSERRE 1976b, p. 115).

Investigando sobre os acontecimentos passados da história grega e das regiões do oriente, e valendo-se principalmente da observação direta e da tradição oral, Heródoto compôs uma obra muito densa e variada, mas os princípios de seu método não são totalmente conhecidos.

John Marincola (DEWALD e MARINCOLA 1987, p. 35), fazendo um balanço dos estudos sobre o método histórico de Heródoto, nota a dificuldade de se explicar a metodologia dos antigos historiadores pois, à exceção de Políbio, os historiadores antigos não esclarecem consistentemente suas metodologias. A famosa seção metodológica de Tucídides (I. 22), segundo Marincola, permanece um enigma para os estudiosos.

Embora Heródoto não teça maiores considerações sobre o seu método de reconstituição dos discursos, alguns de seus pressupostos podem ser inferidos das considerações metodológicas de Tucídides sobre esse mesmo tema, tendo em vista que o próprio Tucídides, que leu ou escutou atentamente Heródoto, apresenta-se como crítico do método de seu predecessor.

Tucídides, no início de sua obra, logo após criticar a atitude de seus predecessores e contemporâneos em relação à falta de acuidade na informação histórica (I. 20.1 – 20.3), passo que é interpretado como uma crítica dirigida especialmente a Heródoto (GOMME 1945, p. 137), e proclamar a grandeza da superioridade da Guerra do Peloponeso em relação às anteriores, expõe o seu método de reconstituição dos discursos:

E quanto aos discursos que cada uma das partes pronunciou, quer às vésperas da guerra, quer já no seu decorrer, era difícil rememorar a exatidão mesma das coisas ditas, tanto para mim, quando os ouvira pessoalmente, quanto para os que, por sua vez me informavam. Foi assim como me pareceu quais seriam as coisas especialmente apropriadas que cada uma das partes discorreria acerca de cada uma das situações presentes, que os formulei, mantendo-me o mais próximo da proposição total das coisas efetivamente ditas. (TUCÍDIDES I. 22.1. Cf. PIRES 1999, p. 263)

How e Wells (1967, p. 278), consideram que esse passo é, por implicação, um protesto de Tucídides contra a arbitrariedade do procedimento de Heródoto no “debate constitucional” introduzindo discursos “não apropriados” para o que a ocasião exigia, ou seja, pondo discursos gregos na boca de persas.

Embora seja difícil afirmar que nesse passo Tucídides tenha em mente os discursos pronunciados nessa narrativa de Heródoto, o que nos interessa é observar que mesmo em Tucídides, que se declara mais exigente do que seus predecessores e contemporâneos na busca da objetividade do relato dos discursos, a reconstituição do discurso literal é assumida como impossível devido às limitações da capacidade mnemônica, seja para o historiador que o presenciou, seja para seus informantes que, na sua ausência, presenciaram-no.

A *autópsia*, ou seja, a observação direta, instrumento metodológico valorizado não apenas por Tucídides, mas também por toda a tradição metodológica dos historiadores gregos como condição por excelência de uma narrativa histórica completa e objetiva, capaz de reproduzir todos os discursos e fatos, é tida como um ideal, uma aspiração (SCHEPENS 1975, p. 84), abrindo espaço para o elemento de criação, de “invenção” nos discursos, aproximando assim o discurso histórico da narrativa ficcional.

A reprodução completa e puramente literal dos discursos não é nem uma possibilidade nem um ideal historiográfico para os historiadores gregos, dessa forma a prática de reconstituição dos discursos repousa sobre uma seletividade.

Essa característica de seletividade do discurso histórico é inerente ao uso da narrativa e se a escritura histórica herodotiana é inseparável da narração, ela necessariamente não pode prescindir de uma seleção dos fatos, de um sistema de escolhas, de valorações, elementos que revelam o aspecto ficcional – segundo critérios modernos – do seu texto histórico e que aparecem na reconstituição dos discursos (Cf. PAYEN 1990, p.528).

A aceitação da subjetividade do discurso histórico era um fato comum entre os autores antigos e o elemento de criação, de “ficção” nos discursos não era normalmente objeto de questionamento (alguns autores citam como exceção, por exemplo, o caso do “debate persa”), mas apenas a autenticidade dos fatos, e não impedia o historiador de postular a verdade de seu relato, como é o caso de Heródoto que no início da narrativa do “debate persa” defende a integridade entre o que ele acreditava que tenha sido pronunciado e sua própria versão, não havendo aqui separação entre estilo e substância.

Quais são as garantias que Heródoto dá em sua narrativa para a afirmação da verdade factual desses discursos? De que instância parte a reivindicação dessa verdade?

Diversos autores (HARTOG 1980, p.271 ss; CALAME 1986; DEWALD 1987) já notaram que a forma privilegiada de se conhecer as garantias de verdade do discurso herodotiano é dada pela presença do próprio autor que intervém na narrativa e se pronuncia explicitamente, embora de forma breve, sobre suas convicções em torno de determinado assunto.

Segundo Hartog (HARTOG 1980, p. 368), o narrador herodotiano é o “tradutor da diferença”, ele desenvolve toda uma retórica da alteridade baseada em marcas de enunciação que são os meios de fazer crer de sua narrativa sobre o destinatário.

As marcas de enunciação presentes nessas intervenções de Heródoto e que funcionam como garantias da verdade de seu discurso são: o “eu vi” e o “eu ouvi” (ou “eu fui informado”), que correspondem respectivamente ao exercício da visão, *opsis*, e da audição, *akoé*, dois instrumentos privilegiados de conhecimento no pensamento helênico.

Essas duas fortes marcas de enunciação são características do mundo da oralidade da qual a técnica de composição circular do “debate persa”, semelhante a um diálogo com um auditório, parece fazer parte.

A ênfase na oralidade como garantia da verdade de que, a despeito da incredulidade de alguns gregos, esses discursos foram realmente pronunciados (80.1, *elechthêsan d’ôn*) é o indício maior para a hipótese de que ele possuía uma fonte de informação.

Se a garantia da verdade do discurso se fundamenta na *akoé*, no “eu fui informado”, pode-se cogitar que, uma vez perdida a experiência direta, a *opsis*, Heródoto não teria nenhum meio de saber se a experiência inicial é próxima da informação que lhe foi passada, mas talvez isso não fizesse diferença para ele, pois, reconhecendo a tradição dessa informação, julgava sua fonte digna de fé e, protestando contra a incredulidade, esperava que seus discursos fossem tomados como uma verdade em substância e não como mero produto de sua invenção.

J. Wells (WELLS 1928), levantou a hipótese dessa fonte ter sido Zópiro, bisneto de Megabizo (um dos protagonistas do debate) que provavelmente se refugiou em Atenas e aí teria se encontrado com Heródoto por volta de 440-430 a.C. e relatado esse episódio ao historiador.

François Lasserre (LASSERRE 1976a, p.83), considerando que Heródoto tem uma fonte persa para esse episódio mas a reconstituição dos argumentos políticos dos discursos foi inspirada em Protágoras, diz que se pode até questionar a natureza da fonte ao qual Heródoto se refere, mas não se pode negar que todas as condições foram reunidas para que essa fonte tivesse existido; e acha que Heródoto, ao menos, acreditava dizer a verdade, notadamente porque a fórmula *d'ôn* após *elechthêsan* é típica de Heródoto (cf. II. 125.5 e V. 9.3) e marca a certeza do fato.

Uma outra hipótese defendida por alguns autores (Cf. BRANNAN 1963, p. 427ss) é de que Heródoto postula a verdade de seu relato apenas para esconder a sua impostura, tendo em vista que esses discursos são fictícios e a fonte inventada.

Maria Helena da Rocha Pereira (PEREIRA 1981, p. 364 e 367 n.4), considerando inverossímeis tanto o fato como os discursos, afirma que essa assertiva de Heródoto é uma preocupação semelhante a que Platão utiliza para apresentar seus grandes mitos, como nesse exemplo do *Górgias* 523 a:

Ouve então disse ele – uma bela história, que tu terás na conta de um mito, ao que suponho, e eu de uma história real : pois é como coisa verídica que me referirei a narrativa que me proponho fazer.

Que alguém tenha contado a Heródoto sobre esse episódio da história persa ou que ele o tenha inventado são hipóteses nas quais longamente tem se debatido os especialistas sem uma conclusão.

O que nos interessa aqui é tentar caracterizar os princípios metodológicos adotados por Heródoto na reconstituição desses discursos, princípios que não são sempre ditados pelas necessidades historiográficas.¹

Donald Lateiner (LATEINER 1989, p. 164) observa que Heródoto, esforçando-se pela inteligibilidade dos fatos da vida humana, sugeriu conexões entre fenômenos que deixaram perplexos escritores antigos que tinham diferentes categorias de relevância e que durante muito tempo essas sugestões de Heródoto não encontraram acolhimento, nem análises satisfatórias. O “debate constitucional” é um exemplo de oportunidade negligenciada para se examinar essas categorias de relevância adotadas por Heródoto, diz o autor.

¹ Sobre a relutância dos historiadores modernos em considerar as narrativas históricas como ficções cujos conteúdos “são tanto *inventados* quanto *descobertos*”, ver: WHITE 2001, p. 98ss e a crítica a essa posição em PROST 2008, p. 233.

A princípio, o processo de seleção e classificação da narrativa herodotiana põe uma questão muito discutida que são as exigências para sua divulgação e as quais Heródoto teria que atender.

A hipótese de que as investigações de Heródoto foram objeto de leituras públicas, principalmente em Atenas, é largamente aceita e a evidência maior é a famosa sentença em que Tucídides (I. 22.4) contrapõe suas investigações, composta para serem uma aquisição para sempre, às de seus predecessores (incluindo Heródoto), compostas apenas para a satisfação do auditório do momento.

Embora se aceite, de uma maneira geral, que essas leituras faziam parte do procedimento habitual de publicidade da obra de um historiador grego, no entanto existem objeções quanto a derivar esse fato para a afirmação de que as *Histórias* foram uma obra “composta para recitação” e que os princípios de uma composição oral determinaram o processo de seleção e classificação da narrativa herodotiana.

Mabel L. Lang (LANG 1984, p.69), procurando demonstrar a influência da composição oral em Heródoto, afirma que possivelmente a participação da audiência na forma de questões ou objeções deve tê-lo influenciado quando preparou a versão definitiva de sua obra. Esta é a mesma posição de Rosalind Thomas (THOMAS 2005, p.175 n.71), que cita o caso do debate persa para fundamentar sua posição.

Embora recitação não implique necessariamente composição oral e os problemas da passagem da oralidade para literatura se encontra na obra de Heródoto (HAVELOCK 1996, p. 28-32 ; THOMAS 2005), encontramos realmente uma influência do estilo de narrativa oral na técnica de reconstituição dos discursos do debate persa.

Essa influência tem origens nas técnicas de composição oral como manifestadas na épica homérica e especificamente em relação aos discursos, ela se encontra na “composição em anel” (*ring composition*), no sentido de um regresso no final da seção, que é um traço comum não apenas da épica mas de toda a composição literária arcaica (Cf. SLINGS 2002), e a técnica de dramatização, no sentido de por seus personagens para falar, que são frequentemente utilizados por Heródoto e se encontram no debate persa.

Para K. H. Waters (WATERS 1985, p. 63), o uso da dramatização nos poemas homéricos e nas *Histórias* tem funções semelhantes que são a produção de vivacidade e naturalidade em seus leitores e a apresentação das cenas como elas foram “representadas”; mas, diferente de Homero, Heródoto usa a dramatização para

transformar um relato mítico em racional, o *mythos* se transforma em *lógos* através da *gnomé*.

A *gnomé*, termo que significa “opinião” ou “a faculdade que permite ao homem conduzir seus pensamentos com rigor”, é um instrumento importante no método herodotiano de reconstituição do passado, pois, na ausência de um trabalho de crítica e seleção das informações, ela se torna “o princípio essencial da escolha” (PESCHANSKI 1987, p.187).

Enquanto categoria conceitual e recurso argumentativo, a *gnomé* indica uma progressiva racionalização dos relatos míticos e o predomínio do conceito de *nómos* sobre o de *physis*, demarcando assim um campo das possibilidades do homem enquanto agente responsável pela causalidade histórica.

Na dramatização herodotiana, os discursos não são utilizados apenas para expressarem confrontações e inter-relações, mas também para explicar como e porque as ações foram iniciadas.

Uma das propostas de leitura da composição desses discursos do debate persa que destacamos aqui em nosso estudo é a de Heinrich Ryffel (RYFFEL 1949) que vislumbra uma teoria constitucional subjacente nos discursos do debate persa.

Para esse autor, Heródoto modificou um dos temas das conversas políticas do círculo de Péricles, não se constringendo em encaixar, na sua exposição, motivos conceituais terminologicamente firmados, para que eles se adaptassem ao seu plano fundamental.

Na teoria da *metabolé politeion* (“mudança das constituições”), que remonta na tradição grega aos trabalhos de Sólon, introduzida no discurso de Dario (3. 82, Heródoto teria recuperado o seu pensamento fundamental sobre a efemeridade de todo o humano, o qual se abriria para ele sob a forma do para cima e para baixo, da mudança, do movimento circular.

A crítica da estrutura das formas constitucionais particulares feita pelos seus opositores precisaria ter conduzido de imediato para a tese da *metabolé*. Quanto ao restante, Heródoto deveria ter estruturado a disputa dos sete persas, quanto ao método e aos motivos, provavelmente conforme modelos de Protágoras.

A deformação da monarquia, não mencionada por Dario, mostraria que o autor não foi completamente bem sucedido com o encaixe da teoria pronta, apesar da distribuição ponderada de papéis entre os três falantes. Mas porque justamente a teoria e Heródoto, a

partir da posição da democracia, teriam tido especial interesse nisso, Otanes, o defensor da democracia, antecede esse trecho da teoria da decadência.

Como Dario não se atém às formas deformadas da oligarquia e da democracia, mas leva para diante sua decadência, assim Ryffel deduz a teoria da *metabolé* a partir da teoria da decadência.

Em oposição à teoria, que aqui não teria se referido à boa forma da monarquia, mas à tirania, Heródoto permitiria que seu defensor da monarquia, com elegante elocução, utilizasse esse fato empírico para o seu próprio benefício, a saber, como prova da superioridade da monarquia. Os motivos para isso devem ser procurados na composição de Heródoto.

Ryffel não supõe uma dependência de Protágoras, mas uma afinidade eletiva e uma concordância entre dois cidadãos de Túrioi, especialmente no campo da reflexão sobre o *nómos*.

Uma outra proposta de leitura é a de Franz Altheim (Apud APFFEL 1957, p.17 – 19) que procura mostrar que o relato de Heródoto da ascensão de Dario encontra-se dentro da tradição aqueménida-legitimista.

Todavia, esse autor rejeita a suposição de que algo já teria que ter correspondido, no original persa, aos três discursos em prol das constituições democrática, oligárquica e monárquica porque a posição especial atribuída a Otanes (III. 83) pressupõe uma luta de opiniões. Da mesma forma, rejeita também a hipótese de que a posição dos persas seria reconduzida etiologicamente a um acordo, segundo o qual a nobreza criaria o rei.

Altheim acredita que os três discursos teriam um fundo certamente de mão grega, mas deixa aberta a questão de que ele remete a Heródoto ou a uma fonte grega, fundo que seria aplicado entre Heródoto e o original persa.

Ao invés disso, Altheim busca a relação original do debate persa. O discurso de Otanes partiria de Cambises e do mago, mas o trecho seguinte não se adequaria a nenhum dos dois personagens. Descrever-se-ia a passagem do domínio dos melhores à tirania, da forma boa para a ruim – se quisermos um pedaço do movimento circular das constituições. O que se pode pressupor aqui teria hoje seu lugar no final da explicação, no discurso de Dario em prol da monarquia.

De qualquer modo, a evolução desembocaria na monarquia, e com ela o movimento circular começaria novamente. Heródoto teria posto essa doutrina do movimento circular das constituições, construída em forma de anel ou ciclicamente, em

um contexto que, segundo sua essência, era linear, voltava a um alvo. Esse alvo seria o reinado de Dario, por isso Heródoto precisou cortar e moldar o anel numa forma “linear” a fim de encaixá-lo. O corte teria sido feito no meio, através da apresentação da monarquia. Sua deformação teria sido atribuída a Cambises e ao mago, e sua forma ideal, por seu turno, deslocada para o final. Heródoto ou um predecessor grego teria feito com que esse *kuklos* das constituições, de origem grega, tivesse abandonado sua finalidade própria e se subordinado à corrente dos grandes acontecimentos.

Segundo Altheim a técnica de composição de Heródoto no debate persa deixa claro que as exigências da narração principal, o contexto linear, incorporam o princípio de estruturação mais elevado. Essa interpretação implica também que uma “*Historik*” cíclico-estática teria sido moldada em uma teleológico-dinâmica.

Helmut Apffel (APFFEL 1957) considera que não é mais apropriado investigar o “debate constitucional” dentro de uma “literarização” radical em um espaço exclusivamente helênico, quer dizer, *sub specie sophistarum*, já que os pesquisadores tornaram conhecidos textos persas antigos que deram nova luz à relação entre a Hélade e o Oriente, e deve-se reconhecer, na elaboração do debate persa, um maior peso e originalidade à personalidade de Heródoto do que se fez até agora. Além disso, deve-se considerar que indiscutivelmente Heródoto ainda se encontrava fortemente preso ao pensamento pré-sofístico, e que ele, como um habitante de uma fronteira entre épocas, mistura, na sua apresentação, o novo com o velho. Também um juízo de valor sobre os seus relatos orientais deveria ser novamente testado através de um estudo comparativo das fontes.

Na análise que Apffel faz da disposição formal dos discursos do debate persa, ele conclui que, apesar de toda a voluntariedade de seu poder de configuração, Heródoto encontra-se em uma tradição formal fixa.

Duas camadas destacam-se no estilo herodotiano do debate: uma, presente no discurso de Otanes, que tem traços de uma influência ática e de um estilo mais novo; a outra, a parte central do discurso de Dario, aponta claramente uma vizinhança espiritual com a ciência jônica, com características de um estilo mais arcaico. A roupagem linguística praticamente não mostra nenhum indício de alguma influência sofística e os discursos são morfologicamente pré-sofísticos; a sua composição muito mais em bloco remete-nos ao tipo épico arcaico, mas uma arcaização proposital não pode ser atribuída ao autor.

Na análise dos argumentos dos três discursos, Apffel conclui que não temos um complexo homogêneo. Heródoto utiliza-se de blocos de diferentes domínios de origem para a estrutura de ideias da discussão, que ele uniu elementos persas e gregos. Os de origem persa encontram-se no discurso de Megabizo e Dario, mas não se pode provar uma relação imediata com as inscrições persas antigas. Enquanto que, no discurso de Otanes predomina uma concepção moral, religiosa e sua argumentação reflete aspectos pré-sofísticos. O modo como Heródoto encaixou e utilizou o “quadro conceitual” da teoria da *metabolé*, lembra, de certo modo, os métodos da sofística.

A partir de vários indícios, principalmente a parte central do discurso de Dario, afirma o autor, pode-se afirmar que a explicação da questão constitucional no círculo dos sete conspiradores não pode ser compreendida como uma comparação de Heródoto independente, elaborada em vista de si mesma, pois a argumentação e o resultado da discussão teriam sucedido diferentemente.

Para Apffel, o debate precisa ser visto dentro do *lógos* persa, com o qual ele está, formalmente, bem interligado, mas em termos do pensamento – devido a uma preparação insuficiente – não se encontra bem interligado a esse *lógos*.

Então, para esse autor, as exigências da narração principal são o princípio formal mais elevado: a ela a discussão sobre as três constituições precisou subordinar-se. Evidentemente Heródoto não teve nenhuma inclinação em se afastar visivelmente da retenção do historiador, como o faz eventualmente (Cf. III. 38). A possibilidade do discurso indireto permaneceu intocado por isso.

Mabel L. Lang (LANG 1984: 104ss) fazendo um levantamento dos diálogos presentes nas *Histórias* e classificando-os em grupos baseado no número de cada expressão, enquadra o “debate constitucional” (III. 80-82) dentro dos 26 independentes diálogos em tríade e mais especificamente no grupo dos 9 diálogos que seguem o padrão “interpelação/resposta/síntese”.

Temos aqui um encadeamento entre esses três discursos, o terceiro prendendo-se ao segundo e esse também de volta ao primeiro onde a conclusão é meramente conhecida.

A função nesse padrão de diálogo, segundo Lang, é criar um *background* que dá indicação para um estado ou ação, no caso de “debate constitucional”, *background* para o restabelecimento da monarquia e não há motivos ou explicações para a conclusão porque isso mostra que a coisa só poderia ser assim e que fatores eram envolvidos.

A composição desse padrão de diálogo é mais complexa, exigindo uma maior elaboração de argumentos e conselhos retóricos que servem duplamente como um comentário sobre a ação e uma interpretação das considerações importantes para os agentes envolvidos.

Uma outra proposta de análise desses discursos é a de Luciano Canfora (CANFORA 1993) que defende a hipótese de uma “teoria cíclica” subjacente a esse debate.

Segundo a hipótese de uma teoria cíclica, a lógica utilizada nesses discursos é esta:

- 1 – Começa com a defesa da democracia (Otanes);
- 2 – Combate e rejeita essa em proveito da oligarquia (Megabizo);
- 3 – Finalmente critica sucessivamente a democracia e a Oligarquia e faz triunfar a Monarquia (Dario); embora o debate não conclua claramente em favor de uma das Constituições.

Cada discurso, expressando teorias constitucionais com seus principais argumentos, é apresentado na forma de uma sucessão dialética e cíclica, ou seja, cada um surgindo a partir do fracasso efetivo dos outros dois discursos numa eterna repetição do ciclo onde não há vencedores, nem vencidos. A conclusão pela monarquia é apenas um dado da história persa, pois foi Dario quem subiu ao trono.

De acordo com essa hipótese, a reconstituição desses discursos expressaria, além de uma “teoria cíclica” das constituições, também uma teoria das constituições “mistas” que se encontraria no discurso de Dario.

Contra a eterna repetição do ciclo das constituições, Heródoto estaria propondo através do discurso de Dario – que acentua os aspectos positivos de cada um dos regimes em debate – uma constituição “mista” que contém esses elementos positivos dos três regimes, anulando assim os efeitos destruidores e autodestruidores que separadamente cada um deles produz.

Essa teoria revelaria também que a composição desses discursos é claramente influenciada pela situação e o tempo da escritura da obra de Heródoto, não pelas condições do mundo persa em 521 a.C., tendo em vista que o tema de uma “mistura” das constituições era uma discussão política em voga no final do governo de Péricles.

Luciano Canfora lembra que há uma referência clara a essa teoria no elogio de Tucídides (VIII. 97) ao efêmero sistema político estabelecido em Atenas em 411-10 a.C. conhecido como o regime dos “Cinco Mil”; mas é cético em relação à aplicação desse

regime, recordando que nesses e em outros casos eles não passavam essencialmente de oligarquias.

Uma outra perspectiva metodológica que guiaria a reconstituição dos discursos do debate persa é a utilização de cálculos superlativos enquanto instrumento analítico e ferramenta composicional da narrativa etnográfica de Heródoto.

Essa hipótese é defendida por Bloomer (BLOOMER 1993, p. 30 – 60) que considera Heródoto um investigador do superlativo e a busca do superlativo o guia na descrição e avaliação dos *nómoi* dos povos, constituindo um recorrente e significativo método de investigação.

Segundo Bloomer, o hábito do superlativo é claro nas *Histórias* e ele se encontra em tudo o que é notável, destacável, para o historiador e o próprio interesse programático de Heródoto pela alteridade, como se encontra no próêmio de sua obra, é concebido em termos superlativos.

Particularmente em relação às anedotas ou histórias de “ficção” nas *Histórias*, onde a busca do superlativo constitui a sua própria *raison d'être*, Bloomer sugere uma filiação dessas histórias com a tradição das lendas sobre Homero, os Sete Sábios, Esopo e Pitágoras que possuem também uma busca do superlativo, busca que entrou em declínio no século V a.C..

O uso do superlativo é um processo de revisão interna da história, a ilustração e prova da afirmação superlativa frequentemente toma a forma de revisão de um superlativo anteriormente acreditado, e nesse sentido Heródoto estaria chamando atenção para os limites do conhecimento humano.

Uma outra perspectiva metodológica de leitura da reconstituição desses discursos é apontada por Paulo Ângelo de Meneses Sousa (SOUSA 2001, p.141 – 151) e por Francisco Murari Pires (PIRES 2012: 183 – 192), que é ver na sucessão dos argumentos desse debate uma lógica que é a do mito.

Essa perspectiva de análise do arcabouço de lógica argumentativa do debate persa ressalta o jogo entre memória dominante e memória recessiva presente nesse texto de Heródoto e propõe ler esse debate a partir de uma outra modalidade de memória narrativa que talvez tenha sido obliterada pelo registro da memória dominante do *lógos*, modalidade esta que é a do mito.

A proposta é de analisar o arcabouço de lógica argumentativa do debate persa a partir do esquema lógico similar presente na narrativa homérica do episódio do Conselho dos Deuses (*Iliada*, canto XXIV) que decide sobre a honra de Aquiles e Heitor.

Nesse sentido, a sucessão dos discursos de Apolo/Hera/Zeus corresponde ao da sucessão dos discursos de Otanes/Megabizo/Dario, bem como o princípio que fundamenta a superioridade dos discursos de Zeus/Dario nesses discursos.

Trata-se da lógica do mito e de técnicas de memorização em Heródoto.

Conclusão

Nesse nosso artigo abordamos a reconstituição dos discursos do debate persa partindo da afirmação de Heródoto em III. 80.1 de que esses discursos foram realmente pronunciados, apesar da incredulidade de alguns gregos.

Como conclusão, podemos afirmar que a reconstituição desses discursos está intimamente relacionada com o tratamento que Heródoto dá às suas fontes de informação e seu método de reconstituição do passado.

Se Heródoto defende a integridade entre o que ele acreditava que tenha sido pronunciado e sua própria versão, quais são, então, os princípios que ele adota na reconstituição desses discursos? Pelas análises aqui desenvolvidas, pode-se concluir que esses princípios não são apenas de ordem historiográfica, mas implicam uma construção ficcional, ficção entendida como construção, relato modelado e não como mentira, ilusão da verdade (Cf. PAYEN 2010, p. 239 n. 3).

Em relação ao sentido da reconstituição desses discursos, dentro da heterogeneidade das leituras apresentadas, percebe-se, de uma maneira geral, uma polarização entre a afirmação de que se trata de um texto circular ou de uma teoria cíclica subjacente a construção desses discursos e uma outra interpretação que admite uma conclusão na lógica argumentativa desses discursos.

Referências bibliográficas:

- APFFEL, H. *Die Verfassungsdebatte bei Herodot (3, 80-82)* . Diss. Erlangen, 1957.
- ASHERI, D. ERODOTO. *Le Storie. Libro 3 – La Persia* . Milano: Fondazione Lorenzo Valla, 1990.
- BLOOMER, W.M. The superlative nomoi of Herodotus's Histories, *CA*, vol. 12, 1, p. 30-60, 1993.
- BRANNAN, P.T. Herodotus and history. The constitutional debate preceding Darius' accession, *Traditio*, 19 , p. 427-438, p. 1963.
- CALAME, C. Hérodote sujet de son discours – Littérature ou histoire ? , *Études de Lettres*, 3, p. 25-48, 1986.
- CANFORA, L. Le Citoyen, In: VERNANT, J.P. (Dir.), *L'Homme grec*, Paris: Seuil, 1993, p. 79-84.
- DARBO-PESCHANSKY, C. *Le Discours du particulier. Essai sur l'enquête hérodoteenne*, Paris: Seuil, 1987.
- DEWALD, C. e MARINCOLA, J. A selective introduction to Herodotean Studies, *Arethusa*, 20, p. 9-40, 1987.
- DEWALD, C. Narrative surface and authorial voice in Herodotus' Histories. *Arethusa*, 20, p. 147 – 170, 1987.
- GOMME, A. W. *A Historical commentary on Thucydides – I* . Oxford, 1945.
- HARTOG, F. *Le Miroir d'Hérodote*, Paris: Gallimard, 1980.
- HAVELOCK, E.A. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. Trad. Ordep José Serra. São Paulo : Unesp/Paz e Terra, 1996.
- HOW, W.W. e WELLS, J. *A Commentary on Herodotus - I*, Oxford, 1967.
- LANG, M. *Herodotean Narrative and Discourse*, Cambridge: Masschusetts, 1984.
- LASSERRE, F. Hérodote et Protagoras: Le débat sur les constitutions, **Museum Helveticum**, 33, 2, p. 65-84, 1976a.
- LASSERRE, F. L'historiographie grecque à époque archaïque. *Quaderni di Storia*, 4, p.113 – 142, 1976b.
- LATEINER, D. *The historical method of Herodotus*, Toronto, 1989, p. 163 – 186.
- PAYEN, P. Discours historique et structures narratives chez Hérodote, *Annales ESC*, 3, p. 527-550, 1990.

- PAYEN, P. Historia et intrigue. Les ressources « mimétiques » de l'Enquête d'Hérodote. *Dialogues d'histoire ancienne supplément*, 4.1, p. 239-260, 2010.
- PEREIRA, Maria Helena da R. O mais antigo texto europeu de teoria política, *Nova Renascença*, 1, p. 364-370, 1981.
- PIERART, M. L'historien ancien face aux mythes et aux legends. *LEC*, 1, 51, p. 47 – 62, 1983.
- PIRES, Francisco M. A retórica do método (Tucídides 1.22 e 2.35), In: *Mithistória*, São Paulo: Humanitas, 1999, p. 277 – 292.
- PIRES, Francisco M. Mithistória do Debate Persa (Heródoto III. 80 – 82). *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 10, dez., p. 183 – 192, 2012.
- PROST, A. Criação de enredos e narratividade, In: *Doze lições sobre a História*. Trad. Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte : Autêntica, 2008, p. 211 – 233.
- RYFFEL, H. *Metabolé Politeion*, Noctes Romanae 2: Bern, 1949.
- SCHEPENS, G. L'ideal de l'information complete chez les historiens grecs. *REG*, 88, n. 419-423, p. 81-93, 1975.
- SLINGS, Simon R. Oral strategies in the language of Herodotus, In: BAKKER, DE JONG and VAN WEES. *Brill's Companion to Herodotus*. Leiden/Boston and Cologne, 2002.
- SOUSA, Paulo Ângelo de M. *O debate persa em Heródoto (Histórias III. 80 – 82)*. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2001.
- THOMAS, R.. *Letramento e oralidade na Grécia Antiga*. Trad. Raul Fiker. São Paulo : Odysseus, 2005.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso – Livro I*. Tradução do grego de Anna Lia A. Prado. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- UNTERSTEINER, M.. *A obra dos sofistas: uma interpretação filosófica*. Trad. Renato Ambrósio, São Paulo : Paulus, 2012.
- WATERS, K.H. *Herodotus the historian*. Norman: University of Oklahoma Press, 1985.
- WELLS, J. Herodotus and Athens. *CPh*, 23,p. 317 – 331, 1928.
- WHITE, H. O texto histórico como artefato literário, In: *Trópicos do discurso*. Trad. Alípio C. F. Neto, 2ª. Ed, São Paulo : Edusp, 2001, p.97 – 116.